



Violações de direitos durante a ditadura – o caso *Folha de S.Paulo*: entrevista com Ana Paula Goulart Ribeiro

Marialva BARBOSA¹

Resumo:

Num dossiê que tem como tema “60 anos do golpe civil-militar no Brasil: mídia, memória e história”, a apresentação da pesquisa “Responsabilidade de empresas sobre violações de direitos durante a ditadura: o caso Folha de S.Paulo”, desenvolvida no âmbito do Centro de Antropologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/UNIFESP), com o apoio do Ministério Público Federal, mostra a importância do desvendamento do passado nebuloso que ainda envolve o Golpe de 1964 e a atuação dos grupos de mídia. A coordenadora do projeto, Ana Paula Goulart Ribeiro, em entrevista para a *Revista Brasileira de História da Mídia* (RBHM), apresenta os principais resultados da pesquisa, bem como sua importância em relação à justiça de transição no Brasil, tão difícil de ser alcançada, e tão necessária para o fortalecimento da democracia.

Palavras-chave: *Folha de S.Paulo*; ditadura; violação de direitos; memória histórica.

Rights violations during the dictatorship – the *Folha de S.Paulo* case: interview with Ana Paula Goulart Ribeiro

Abstract:

In a dossier with the theme “60 years of the civil-military coup in Brazil: media, memory and history”, the presentation of the research “Companies’ responsibility for rights violations during the dictatorship: the Folha de S.Paulo case”, developed within the scope of the Forensic Anthropology Center of the Federal University of São Paulo (CAAF/UNIFESP), with the support of the Federal Public Ministry, shows the importance of unveiling the nebulous past that still surrounds the 1964 Coup and the actions of media groups. The project coordinator, Ana Paula Goulart Ribeiro, in an interview with *Revista Brasileira de História da Mídia* (RBHM), presents the main results of the research, as well as its importance in relation to transitional justice in Brazil, so difficult to achieve, and so necessary for strengthening democracy.

Keywords: *Folha de S.Paulo*; dictatorship; violation of rights; historical memory.

Violaciones de derechos durante la ditadura – el caso *Folha de S.Paulo*: entrevista com Ana Paula Goulart Ribeiro

Resumen:

En un dossier con el tema “60 años del golpe cívico-militar en Brasil: medios, memoria e historia”, se presentó la investigación “La responsabilidad de las empresas por las violaciones de derechos durante la dictadura: el caso Folha de S.Paulo”, desarrollado en el ámbito del Centro de Antropología Forense de la Universidad Federal de São Paulo (CAAF/UNIFESP), con el apoyo del Ministerio Público Federal, muestra la importancia de desvelar el

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: marialva153@gmail.com



pasado nebuloso que aún rodea el Golpe de 1964 y las acciones de grupos de medios. La coordinadora del proyecto, Ana Paula Goulart Ribeiro, en entrevista con *Revista Brasileira de História da Mídia* (RBHM), presenta los principales resultados de la investigación, así como su importancia con relación a la justicia transicional en Brasil, tan difícil de lograr y tan necesaria para el fortalecimiento de la democracia.

Palabras clave: *Folha de S.Paulo*. ditadura; violación de derechos; memoria histórica.



Fonte: Foto de Itamar Jr.

Como coordenadora geral do projeto “Responsabilidade de empresas sobre violações de direitos durante a Ditadura: o caso Folha de S.Paulo”, desenvolvido no âmbito do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/UNIFESP), Ana Paula Goulart Ribeiro falou da pesquisa que foi desenvolvida durante dois anos, com a participação de pesquisadores de diversas instituições brasileiras, que objetivou levantar informações, testemunhos e análises sobre a cumplicidade e a responsabilidade de empresas, *nacionais ou estrangeiras, nas graves violações de direitos ocorridas durante a ditadura no Brasil (1964-1985)*. No caso do projeto que coordenou, o ator central da pesquisa era o Grupo Folha. Assim, ao contrário do que habitualmente se espera nas sessões de entrevista, o foco das

perguntas não recaem sobre a trajetória da pesquisadora, mas sobre o projeto que coordenou e teve a participação de diversos pesquisadores, como já enfatizamos.

Destacando alguns resultados da pesquisa e, sobretudo, a importância desse tipo de iniciativa para a construção da tão difícil justiça de transição no país, indispensável para o fortalecimento da democracia brasileira, Ana Paula Goulart Ribeiro detalhou alguns aspectos do envolvimento do Grupo Folha em ações de violação de direitos durante a ditadura inaugurada em 1964.

Ana Paula Goulart Ribeiro é professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e se dedica a pesquisar temáticas relacionadas à história dos meios e da comunicação há algumas décadas. Dedicar-se também ao estudo da temática da memória e da nostalgia, sempre em relação aos processos midiáticos.

Queria que você falasse, genericamente, sobre o projeto “Responsabilidade de empresas sobre violações de direitos durante a Ditadura: o caso Folha de S.Paulo”, que, de maneira ampla, pode ser definido como um projeto de reparação, e que começou a partir do edital lançado pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), do qual você e o grupo coordenado por você foi selecionado. Qual foi a motivação para concorrer a esse edital? Que sentimentos e que perspectivas foram determinantes para você?

Ana Paula Goulart Ribeiro: Então, em 2021, a Volkswagen do Brasil assina, com o Ministério Público Federal, um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), por meio do qual a empresa – que vinha sendo investigada pelas violações de direitos humanos durante a ditadura militar – se compromete a pagar uma indenização de 36 milhões. Uma parte desse recurso é destinada obviamente às vítimas. Outra parte vai para a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), mais especificamente ao Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF), para que sejam desenvolvidas duas ações. A primeira é a identificação das ossadas de presos políticos encontradas em uma vala clandestina no cemitério de Perus, na capital paulista. E a segunda – num total de dois milhões – é para o financiamento de pesquisas sobre a colaboração de outras dez empresas sobre as quais, assim, como a Volkswagen, pesavam fortes indícios de colaboração com o regime ditatorial. Posteriormente, também no âmbito desse TAC, mais três



empresas seriam investigadas. A Unifesp abre, então, um edital público para selecionar as equipes para trabalhar nas pesquisas. Quando é aberto esse edital, a única empresa de comunicação que estava elencada era a *Folha de S.Paulo*, ou melhor, o Grupo Folha. Nós montamos, então, um projeto e concorremos ao edital para investigar essa empresa. Eu sou a coordenadora, mas participa um grupo de pesquisadores de diferentes instituições. A equipe é composta por Flora Daemon, professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; André Bonsanto Dias, que, na época, estava na Universidade Federal de Goiás e hoje é professor da Universidade Federal do Paraná; Joëlle Rouchou, pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa; e Lucas Pedretti, pesquisador da área de história, hoje vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Posteriormente, se junta ao projeto a pesquisadora Amanda Romanelli, doutoranda em História da PUC-São Paulo, que também tem formação em jornalismo. Participa da equipe, ainda, Fernando Honorato, que é defensor público e doutor em direito pela Universidade de Brasília. Ele atua como nosso consultor jurídico. Bom, ficamos muito felizes em ter ganho o edital para investigar o Grupo Folha. Eu tenho experiência de algumas décadas com pesquisas de história da imprensa. É um campo que tenho familiaridade, é meu campo de especialização, memória e história dos meios. Nós decidimos concorrer a esse edital por vários motivos, inclusive pela importância que a gente identificava pelo contexto em que estávamos vivendo naquele momento, ainda no governo Jair Bolsonaro. Havia toda uma relevância acadêmica, pela oportunidade de rever, sob outras perspectivas, a história da mídia brasileira no contexto da ditadura. Então, a gente ganhou esse edital e começamos, ainda no final de 2021, a pesquisa. O recurso destinado para cada equipe era muito pequeno e nós o usamos quase que integralmente para o seu desenvolvimento operacional, pois, como parte da equipe estava no Rio, havia os deslocamentos para gravar as muitas entrevistas que realizamos. As entrevistas também foram gravadas em vídeo, pois o nosso objetivo também é a realização de um produto audiovisual ao final do trabalho. Tínhamos apenas um ano e meio para desenvolver toda a pesquisa. Era muito pouco tempo para um trabalho tão complexo e difícil. E por que a *Folha de S.Paulo*? Foi uma das empresas indicadas pelo Ministério Público e pela Unifesp, porque a Comissão Nacional da Verdade já apontava que havia fortes indícios de violações. A Comissão Estadual da Verdade de São Paulo já havia recolhido alguns depoimentos



que mostravam muito claramente esse envolvimento, em especial o uso de carros da empresa em ações da Operação Bandeirante.

Quando a gente fala em envolvimento dos grupos de mídia no período da ditadura empresarial-militar brasileira, pensa-se, imediatamente, na questão discursiva, ou seja, na voz explícita favorável aos ditames da ditadura. Mas, no caso específico, eles estiveram na linha de frente das ações de violação de direitos humanos, apoiaram com ações a repressão aos que eram julgados como inimigos do governo. Fale um pouco mais desse envolvimento mais premente e de ação efetiva do Grupo Folha como parceiro da ditadura empresarial-militar brasileira.

Ana Paula Goulart Ribeiro: Essa é uma pergunta essencial. Porque a gente sabe que a *Folha de S.Paulo* não foi a única empresa que apoiou o golpe e apoiou o governo militar. Certamente também não foi a única empresa que foi economicamente beneficiada por isso. Mas a *Folha de S.Paulo* tem uma singularidade importante: deu suporte sistemático e foi muito além de apoio editorial à ditadura. Apoio editorial vários outros jornais deram: aliás, a gente pode dizer que quase toda grande imprensa, certamente, apoiou o golpe; depois, durante a ditadura, alguns jornais ainda resistiram, enquanto outros se alinharam de forma mais assumida, mais óbvia. Mas, em relação à história da *Folha*, o que interessa não é apenas o apoio editorial. Não que esse apoio não seja importante. Mas a *Folha* apoiou editorialmente o regime de forma bastante contundente. Mais do que só em editoriais, ela fez campanhas cívicas a favor da repressão. Mas a questão maior é essa: a *Folha*, o Grupo Folha como um todo, mais do que apoiou, ele fez parte, ele deu sustentação material ao aparato repressivo da ditadura militar. Isso é muito importante que se diga, não só foi em relação aos empréstimos dos carros, que mais ou menos já se sabia. O jornal emprestava carros de distribuição de jornal para diferentes tipos de ação da Operação Bandeirante, desde montagem de campana, de vigia, até a prisão e sequestro de militantes. Tem também o caso da Rua João Moura, que é muito conhecido. Foi uma emboscada que acabou resultando na morte de três militantes da Aliança Libertadora Nacional (ALN). Então, tem várias situações em que os carros da *Folha* estavam envolvidos. Isso tudo, mais ou menos já se sabia. O avanço da pesquisa foi sistematizar essas questões e reunir falas que estavam dispersas. E, mais do que isso, a gente produziu um conjunto de depoimentos muito



contundentes. A gente ouviu desde militantes, pessoas que foram presas dentro dos carros, jornalistas da *Folha*, até agentes da repressão. A gente tem depoimentos que nos ajudam a entender como esses carros eram usados: que não apenas atestam que os automóveis foram usados, mas explicam como foram usados. Como eram as operações? Como os carros chegavam às mãos dos agentes da repressão? Como eram feitos esses empréstimos dos carros? A gente tem, então, depoimentos contundentes que mostram essa dinâmica. Mas tem um outro elemento, que eu acho que é um elemento da pesquisa que significou um grande avanço. Pesquisas anteriores já apontavam a presença de policiais dentro da *Folha de S.Paulo*. Mas a nossa investigação mostra que não era só a presença de policiais: existia toda uma rede, um braço do aparato repressivo dentro do jornal. A gente identifica pessoas da alta cúpula da repressão, delegados do DOPS, inclusive um que era diretor da Divisão de Informação do DOPS e que era, ao mesmo tempo, funcionário da *Folha de S.Paulo*. Outro era, inclusive, gestor: era diretor de toda a área de segurança e patrimônio do Grupo Folha. Eram dois irmãos, delegados e conhecidos torturadores. Isso é muito grave. Ficou muito conhecida a presença de policiais no jornal *Folha da Tarde*, mas não estava só neste jornal, eles estavam no Grupo Folha como um todo. Aliás, isso é uma coisa também para se assinalar, porque nem todo mundo sabe: o que a gente está chamando de Grupo Folha? O Octavio Frias de Oliveira e o Carlos Caldeira Filho compram, em 1962, um pouco antes do golpe, eles compram a Folha da Manhã, empresa responsável por produzir a *Folha de S.Paulo*. Naquele momento, era um jornal falido, com problemas financeiros graves. Depois do golpe de 1964, eles compram a Litográfica Ypiranga, na sequência o jornal *Última Hora*, o *Notícias Populares*, relançam a *Folha da Tarde*, compram a TV Excelsior. Depois, vão lançar o jornal *Cidade de Santos*, que circulava na cidade natal do Caldeira, para onde ele será nomeado prefeito biônico. Depois, os dois sócios tomam posse da Fundação Cásper Líbero, e, portanto, passam a ter o controle de mais dois jornais: *A Gazeta* e *A Gazeta Esportiva*. Em seguida, eles lançam a TV Gazeta. Então é isso que a gente está chamando de Grupo Folha. Ou seja, a gente está falando de um grande conglomerado de mídia, que se forma depois do golpe militar, em pouquíssimo tempo, certamente beneficiado pelo contexto político. Aliás, essa é uma questão muito complexa e que não dá tempo de a gente desenvolver. Mas há que pensar em toda a complexidade desse império, que vai se formando em meio também a negociações meio obscuras, em meio a denúncias dos mais diferentes tipos



de irregularidades. É encaminhada, inclusive, a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar esse rápido crescimento do Grupo Folha. Isso é importante de se considerar também: é esse grupo, que era um grande império de comunicação, e que era também, num certo sentido, um braço da ditadura. Não era só empréstimo de carros, havia agentes da repressão – temos documentos mostrando como esses delegados, como eles vigiavam e denunciavam funcionários, jornalistas do Grupo Folha. Pessoas foram demitidas, outras foram presas em função disso. Quer dizer: havia todo um sistema de vigilância da redação, e outras coisas mais. Podemos pensar, por exemplo: o que leva um delegado, diretor da Divisão de Informações do DOPS a ser também um funcionário da *Folha de S.Paulo*? E esses agentes da repressão estava espalhados em todas as empresas do grupo. Não era só na *Folha da Tarde*, como se pensava inicialmente, como muita gente acha. O jornal *Folha da Tarde* era conhecido como o jornal mais sórdido do país, nas palavras do próprio Claudio Abramo. Era também jocosamente conhecido como o jornal de “maior tiragem”: não porque vendia mais, mas porque tinha muitos “tiras”². A *Folha da Tarde* ficou muito conhecida por isso, porque escancarava mais a campanha que fazia a favor do regime e, especialmente, contra a luta armada. Mas isso estava em todos os jornais do grupo. A Agência Folha, por exemplo, era um antro de agentes da repressão. Então, é importante a gente perceber que existia uma malha, que passava pelo Grupo como um todo.

Vou fazer duas perguntas na sequência: a primeira é uma espécie de comparação, mas feita de maneira provocativa. Você acha que o primeiro “Projeto Folha” foi esse? Isso é, por tudo isso que você falou até agora, podemos dizer que os processos de reestruturação e alavancamento de poder andaram sempre lado a lado na história do jornal? E mais: toda essa aliança explícita com a ditadura, inclusive com participação ativa em ações de violação de Direitos Humanos, pode ser considerada como um mesmo projeto para alavancar o grupo, podendo ser considerado um “Projeto Folha”, antes mesmo do projeto de modernização neoliberal dos anos 1980/1990?

² Gíria corrente para policiais.



Ana Paula Goulart Ribeiro: É interessante você comparar esses dois períodos, produzindo essa questão, importante sobretudo para quem trabalha com a história da imprensa e reflete sobre memória. A *Folha* é um jornal que soube trabalhar muito bem com sua memória institucional ao longo do tempo. Isso é muito impressionante. De tal forma que, na memória coletiva, apesar de já ter tido pelo menos dois trabalhos acadêmicos (o do Cleofe Sequeira e o da Beatriz Kushnir) que, há mais de 20 anos, já apontavam essa relação da *Folha* com a ditadura, as pessoas não fazem essa associação. Isso não ficou marcado nem na cabeça das pessoas, no senso comum. E, nem mesmo no campo acadêmico, isso ficou tão claro assim. Isso porque a *Folha* soube trabalhar muito bem essa questão. Em vários momentos ela reviu, reelaborou essa história, se colocando sempre como a grande portadora de mudanças democráticas, em relação à abertura política, por exemplo. Então, justamente a virada que o Projeto Folha coincide com o momento em que o jornal deixa de apoiar os militares e se torna um dos promotores de toda a Campanha das Diretas Já. Isso acabou marcando muito a imagem do grupo, que soube sempre capitanear a sua história a partir desse acontecimento. Existiu esse grande projeto de constituição empresarial, um projeto de desenvolvimento empresarial que, durante a ditadura, se deu por meio da aproximação com o regime. Não sei em que medida o Caldeira e o Frias se alinhavam ideologicamente a esse projeto da ditadura, mas eles se alinharam pragmaticamente a esse projeto de Brasil autoritário dos militares. Esse alinhamento, sem dúvida nenhuma, rendeu dividendos muito concretos para eles. O império se constitui, se fortalece, e isso se deu não só em relação às suas empresas de mídia. Os dois sócios tinham outros negócios. Eram donos da Rodoviária de São Paulo, que era um negócio muitíssimo lucrativo para eles. Mas quando a ditadura foi se enfraquecendo, quando chegaram os novos tempos, eles também souberam se adaptar. Eles criaram o Projeto Folha, que é uma readaptação, uma realocação muito bem-sucedida do grupo no novo cenário político. Eles, então, saem como grandes heróis nessa história. Aliás, a *Folha* usa, até hoje, esse *slogan*: se antes era um jornal a favor do povo, passa a ser um jornal a favor da democracia. E isso ficou muito marcado na imagem popular: é como se eles sempre tivessem sido um periódico que defendesse a democracia. Assim, quando as pessoas pensam em ditadura militar, associam imediatamente a outros grupos de mídia e não à *Folha*. É importante, portanto, que isso seja mostrado. E acho que este é o grande legado da pesquisa: ter sistematizado e reunido um grupo de documentação



e depoimentos comprobatórios do envolvimento direto da *Folha* com o aparato repressivo da ditadura.

Então, vamos à última questão, que, afinal, não embuti na anterior. Que impactos para o campo de estudos história da mídia a pesquisa pode trazer? E este seria, na sua avaliação, um projeto de reparação em direção a uma outra memória histórica?

Ana Paula Goulart Ribeiro: Eu acho que a pesquisa tem impacto na história, na história da ditadura, na história da imprensa e na memória coletiva. Assim, queremos divulgar ao máximo esta pesquisa, porque achamos que isso é muito importante: não para punir ou demonizar a *Folha*, não se trata disso. Mas a gente acha que faz parte do fortalecimento de qualquer democracia, que os agentes revejam suas ações e assumam o papel que tiveram nos processos históricos e que, minimamente, peçam desculpas a sociedade por ter realizado aquele tipo de ação. Do ponto de vista da história da mídia, eu acho que é isso: é um projeto importante, já que a história está sempre em revisão, se reelaborando, construindo conhecimentos provisórios. Acho também que este é só um passo para que outras pesquisas aprofundem ainda mais alguns caminhos que apontamos. É assim que se produz conhecimento, não é? Pesquisas anteriores abriram caminhos para a nossa. A gente espera que a nossa abra caminhos para muitas outras. Há muita coisa ainda para ser aprofundada, um ano e meio de pesquisa é muito pouco. Há, portanto, vários aspectos que não tivemos como aprofundar e a gente quer que outras pesquisas possam fazer isso. É um legado acadêmico importante, mas também tem esta dimensão de uma política pública, não só da pesquisa que coordenei, mas de todo o conjunto das outras 12 empresas que foi desenvolvido no âmbito do CAAF/UNIFESP, com o apoio do Ministério Público Federal. Essas investigações têm um papel importante no contexto de uma justiça de transição no Brasil. Uma longa, difícil e dolorosa justiça de transição, que parece que nunca se consegue fazer no Brasil e que é tão necessária. Por isso, a gente vive com ameaças de golpes, com discursos negacionistas, questões que nos apavoram tanto. A nossa democracia é, às vezes, muito instável. Talvez, se a gente olhar mais para o passado, olhar mais criticamente para esse passado autoritário, a gente possa ver o quanto dele ainda existe, o quanto dele ainda sobrou nas nossas estruturas políticas contemporâneas e, assim, se possa transformá-las de uma maneira mais salutar.